

Comissão rejeita propostas de mudança do STF

BRASÍLIA — A comissão de Sistematização rejeitou ontem duas propostas de alteração da composição do Supremo Tribunal Federal. As primeiras tentativas dos constituintes — ainda existem inúmeras emendas semelhantes a serem votadas — fracassaram. Segundo assessores que acompanham os trabalhos da Comissão, o lobby do Poder Judiciário é um dos mais fortes na Constituinte.

A primeira emenda examinada foi a do Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Jobim propunha aumentar de 11 para 16 o número de Ministros do STF e mudar o processo de escolha. Pelo projeto em votação, os Ministros serão nomeados pelo Presidente, ouvido o Senado. Pela emenda, cinco seriam indicados pelo Presidente, seis pela Câmara e cinco, escolhidos entre os magistrados de carreira, pelo próprio Supremo.

A proposta de Jobim fixava ainda o mandato de oito anos para os Ministros, contrariando a fórmula atual de vitaliciedade no cargo até a aposentadoria. Previa ainda que as indicações feitas pelas três instâncias de poder seriam ratificadas pelo Senado. Segundo Jobim, esta fórmula de composição do Supremo Tribunal é a que mais se adequa à nova realidade do País após a Constituinte, sob o parlamentarismo.



Arinos e Cabral chegam ao plenário para votação

O Relator Bernardo Cabral ficou contra a proposta, alegando que, a partir da implantação do parlamentarismo, ninguém será mais isento para escolher os Ministros do Supremo do que o Presidente.

— Além do mais, se os próprios magistrados forem indicar os Ministros, aquela Casa será transformada em um antro de "politicagem".

A outra emenda rejeitada, do Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), visava alterar apenas o número de Ministros, sem modificar os critérios de escolha.

Emenda prevê juiz nas investigações

BRASÍLIA — A criação de um juizado de instrução criminal, para permitir que juizes e promotores participem do processo penal desde as investigações, foi aprovada ontem pela Sistematização. A proposta é do Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), para quem esta providência irá conferir maior probidade à ação da Polícia e do Poder Judiciário, que passarão a atuar juntos desde a fase inicial do processo.

Segundo Vivaldo, não são raros os casos de mudança substancial do depoimento de um acusado quando colhido no âmbito policial, se comparado com o que o mesmo acusado afirma perante o tribunal.

A Comissão rejeitou emenda do Deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), que propunha a estatização dos cartórios. Segundo Wladimir, as atividades dos cartórios são típicas do Poder Público.

Contra a emenda de Palmeira foi a tribuna do Deputado Michel Temer (PMDB-SP). Segundo o parlamentar, que é professor titular de Direito Constitucional, as funções exercidas por um cartório são, de fato, do Poder Público. A iniciativa privada, defendeu Temer, tem a delegação do Estado para exercê-la e o parlamentar considera que o seu desempenho no setor não está desagradando a opinião pública.

O Relator Bernardo Cabral acompanhou o raciocínio de Temer ao declarar-se contrário à emenda. Segundo Cabral, a matéria não deve ser discutida sob o ângulo emocional subjetivo. "Não importa quem tem os cartórios agora já que, daqui para frente, de acordo com decisões já adotadas pela Comissão, acabou o critério da hereditariedade no setor", afirmou Cabral.

Comissão aprova criação nos Estados dos Juizados de pequenas causas

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou ontem a criação em todos os Estados do Juizado de pequenas causas, sob a denominação de Juizados Especiais. Nesta instância, responsável por infrações de menor gravidade, o procedimento judicial será formalizado oralmente e o processo será sumário.

A emenda, do Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), foi aprovada por 78 votos a dois, de Alfredo Campos (PMDB-MG) e Manoel Viana (PMDB-CE). Como a proposta retirou a possibilidade de apresentação de recursos à decisão dos Juizados Especiais, ficou acertada a apresentação de emenda de redação que dará direito ao recurso.

Dois emendas foram rejeitadas e duas não conseguiram obter o quórum necessário para aprovação. A primeira a ser rejeitada, apresentada pelo Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), determinava que os juizes fossem responsabilizados pela demora no julgamento das ações processuais.

Contra a proposta falou o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que ressaltou já existir na legislação a figura da "indenização civil do Estado", que responsabiliza o Estado pela omissão do juiz ou pela demora no julgamento do processo. Segundo Jobim, um Juiz de Direito é apenas um representante do Estado e, por isso, não lhe pode ser imputada responsabilidade pela demora causada pela falta de estrutura da Justiça. A emenda teve 66 votos contrários e apenas três a favor — dos Deputados Aluizio Campos (PMDB-PB), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Luiz Salomão (PDT-RJ).

Outra proposta rejeitada foi a do

Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) que determinava a eleição dos membros dos órgãos de direção dos tribunais pelos magistrados vitalícios ou a eles vinculados. Teve 48 votos contrários e 28 a favor.

Os constituintes começaram a debater o artigo 119 do substitutivo de Bernardo Cabral: "Os serviços notariais e registraes são exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público". A tese foi inicialmente contestada pelo Senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), que solicitou a supressão do artigo, sob a alegação de que caberia aos Estados deliberar sobre a forma de condução dos serviços judiciários, inclusive os de cartório. Bisol evocou ainda a falta de "fundamento filosófico na tentativa de privatização de um serviço de natureza pública".

O Deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) afirmou que, nas mãos do Estado, os serviços cartoriais seriam "a máquina mais corrupta do País". O Deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) pediu que Adolfo, como dono de cartório, se abstinisse de votar, baseada nos Regimentos Internos da Constituinte e da Câmara, que recomenda aos parlamentares não advogarem em causa própria.

O Relator Bernardo Cabral, numa atitude pouco comum, não defendeu o seu texto. Apenas lembrou que reproduzia a decisão da subcomissão e da comissão temática, resguardando seu voto pessoal "para o momento em que ele for solicitado". Adolfo não se absteve de votar e Cabral acompanhou seu voto. Sem quórum suficiente para alterar o substitutivo, a emenda recebeu 42 votos a favor e 37 contra, com a abstenção de Aluizio Chaves.

Eleições gerais, a última cartada

BRASÍLIA — O Governo não vai esperar a aprovação do parlamentarismo pelo plenário da Constituinte para convocar eleições gerais no próximo ano. Se perceber o risco de aprovação do parlamentarismo, o Presidente José Sarney está disposto a convocar eleições em todos os níveis. Esta decisão, contudo, só será adotada depois de esgotados os esforços para manter o presidencialismo.

O Palácio do Planalto prepara uma ofensiva para tentar mobilizar a sociedade, a partir da interpretação de que a grande maioria do povo é contrária ao parlamentarismo. A primeira idéia é evitar que se consolide a crença de que o parlamentarismo já está aprovado.

— O assunto será tratado como uma sugestão da Comissão de Sistematização ao plenário — disse ontem um Ministro.

Para tentar influir na decisão do plenário, o Governo vai jogar o peso da influência de Ministros, parlamentares e assessores do Palácio do Planalto em defesa do presidencialismo. Serão utilizados todos os espaços de entrevistas e palestras em entidades civis.

— A palavra de ordem é ocupar todos os espaços disponíveis para defender o presidencialismo — revelou outro Ministro.

O Governo pretende ainda provocar, com a atuação de aliados do grupo "moderado", uma sucessão de impasses na Constituinte. O primeiro será hoje, com a questão de ordem a ser apresentada pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, contra a simultaneidade de funcionamento do plenário e da Comissão.

Para Moreira, a governabilidade definirá duração

Após uma semana em Paris e dois dias de isolamento no Sítio do Canfundó, em Petrópolis, o Governador Moreira Franco retomou ontem as articulações políticas, repisando na tese segundo a qual o mandato do Presidente José Sarney deve ser definido em função das condições de governabilidade do País. Se forem boas, Sarney permanecerá no Planalto por até seis anos; caso contrário, o seu mandato seria reduzido em dois ou um ano.

— Se as condições de governabilidade se estreitam, a duração do mandato também se estreita — disse Moreira.

A defesa do presidencialismo e a tese da governabilidade são posições das quais Moreira Franco não abdica. Em que pese o conjunto dos governadores, em reunião no Palácio Laranjeiras, ter manifestado apoio expresso aos cinco anos, Moreira pessoalmente continua na defesa das condições de governabilidade.

A aprovação do sistema parlamentarista pela Comissão de Sistematização não lhe tirou a convicção de que essa questão deva ser submetida à apreciação dos eleitores num plebiscito. Moreira Franco admite a soberania da Assembléia Constituinte, mas acha que o problema é de natureza ética. Ou seja: os constituintes não podem dar fim a um sistema de Governo — o presidencialismo —, resultado de uma consulta popular, o plebiscito de 1962.

Ele não chegou a afirmar, mas sugeriu, que a aprovação do parlamentarismo derivou de um sentimento de oposição ao Presidente José Sarney. "Não se deve confundir parlamentarismo com oposição ao Presidente Sarney", advertiu.

Covas, de volta: Mandato termina no ano que vem

BRASÍLIA — "O mandato do Presidente Sarney termina no ano que vem, qualquer que seja o sistema de Governo aprovado pela Constituinte". O recado é do Líder do PMDB Mário Covas, que voltou à ativa depois de 45 dias de afastamento por problemas médicos. Ele foi aplaudido ontem pelos demais constituintes no momento em que entrou no plenário.

Procurado pelos principais líderes do partido durante seu afastamento, como os Senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso, além do Vice-Líder Euclides Scalco, Covas procurou fazer uma avaliação sobre os primeiros resultados das votações na Sistematização, concluindo que a vitória tem sido dos "progressistas".

Covas também recebeu as boas-vindas do Relator Bernardo Cabral e do Presidente da Sistematização, Afonso Arinos. Entre abraços dos companheiros de partido e mesmo de líderes de outros partidos, como Luís Inácio Lula da Silva e Roberto Freire, Covas não escapou a algumas entrevistas, onde voltou a salientar que não existe relação entre o sistema de Governo a ser implantado no País e o mandato do Presidente Sarney.

— O mandato do Presidente foi fixado no momento em que foi outorgado. Ele termina não porque muda o sistema de governo. Ele termina, em qualquer circunstância, no ano que vem, porque termina a sua legitimidade e termina a transição.

A transição, no seu entender, começou com a convocação da Constituinte. A conclusão desse processo não tem prazo fixo, devendo ocorrer com a promulgação da nova Constituição.

Quércia e Cardoso defendem a alteração do Regimento Interno

BELO HORIZONTE — O Governador de São Paulo, Orestes Quércia — endossado pelo Governador Newton Cardoso —, disse ontem que o plenário da Constituinte tem o direito e o dever de passar por cima das decisões da Comissão de Sistematização até para mudar o Regimento.

— O que tem de prevalecer é a vontade da maioria — afirmou.

E com este espírito que Quércia e Cardoso vão trabalhar sua área de influência (os demais Governadores e as bancadas federais) para evitar que o parlamentarismo seja aprovado definitivamente.

Quércia e Cardoso almoçaram juntos ontem, no Palácio da Liberdade. Conversaram meia hora a sós. Deixaram claro que, no momento, mais importante do que defender quatro ou cinco anos de mandato para o Presidente da República é assegurar que a Constituinte possa resolver, o mais rapidamente possível, as questões políticas. Só assim, entendem, o País terá condições de solucionar seus problemas econômicos.

Eles negam que na estratégia de convencimento dos constituintes conste a negociação do presidencialismo com quatro anos de mandato para Sarney.

— Não haverá negociação nesse sentido, porque a Constituinte vai resolver pela maioria de seus membros se vai adotar o regime parlamentarista ou presidencialista e se o mandato vai ser de quatro ou cinco anos. O que ela decidir será respeitado por todos. Se for pelos cinco anos, é a nossa posição. De qualquer forma, ninguém vai impor nada. O importante é que ela



Quercia abraça Newton Cardoso em frente ao Palácio da Liberdade

o faça logo, para que possamos tocar o Brasil para frente — afirmou Quercia.

Embora a preocupação central dos Governadores de Minas e São Paulo seja com o sistema de governo, ela se volta também para as alterações nas relações de trabalho, como a estabilidade no emprego, por exemplo, aprovadas pela Comissão. Quercia e Cardoso entendem que essas questões fogem à realidade nacional e agravariam ainda mais os problemas políticos e econômicos do País.

Mais enfático, Cardoso chega a acenar com a possibilidade de impasse político, se o parlamentarismo for aprovado, e de "sucateamento" da indústria nacional, se

for mantida a estabilidade.

— O parlamentarismo criaria uma situação perigosa no País, porque não temos uma burocracia oficial nem partidos maduros para sustentar esse sistema de governo. Vamos envidar esforços conjuntos, eu, o Governador Quercia e todos os homens de bem deste País, para que o plenário seja ouvido e decida pela voz de suas lideranças maiores, sempre preocupadas com o que pensa o povo brasileiro — disse.

Os dois Governadores apóiam totalmente o grupo "moderado" da Constituinte, que articula a apresentação de um substitutivo integral ao projeto em votação na Comissão de Sistematização.